

**HABEAS CORPUS Nº 476.353 - RJ (2018/0285401-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : LEONARDO MAZZUTTI SOBRAL  
**ADVOGADO** : LEONARDO MAZZUTTI SOBRAL - RJ0144038  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : CARLOS HENRIQUE DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS HENRIQUE DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0048897-30.2018.8.19.0000, relatora Desembargadora Suimei Meira Cavalieri).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado, pela suposta prática da conduta descrita no art. 121, § 2º, II, na forma do art. 14, II, ambos do Código Penal. Por ocasião do recebimento da denúncia, o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca Nova Iguaçu (RJ) decretou a prisão preventiva do paciente requerida pelo *Parquet*.

Formulado o pedido de revogação da custódia cautelar do paciente, foi indeferido pelo Juízo de piso.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus*, tendo o Tribunal de origem denegado a ordem (e-STJ fls. 75/82), ressaltando que o acusado, inclusive, é "*tecnicamente, foragido da justiça, pois sequer foi encontrado para ser citado, não fazendo parte, ainda, do efetivo carcerário – o que reforça a necessidade do decreto prisional para garantia da aplicação da lei penal*" (e-STJ fl. 82).

Nas razões do presente *writ*, o impetrante sustenta, em linhas gerais, que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea, tendo sido baseada na gravidade abstrata do delito. Afirma, ainda, que o paciente é primário, possui bons antecedentes e não há nenhuma notícia a caracterizar a sua suposta periculosidade (e-STJ fl. 6).

Alega ausência de contemporaneidade, uma vez que "*o suposto fato descrito na denúncia ocorreu há mais de 3 (três) anos, ou seja, três anos sem que o Estado-juiz mantivesse a segregação cautelar durante a instrução criminal como forma de garantir a ordem pública e exatamente agora, curiosamente, diz que há elementos*

*concretos*" (e-STJ fl. 8).

Assere que não foi analisada a possibilidade de aplicação de medida cautelar diversa da prisão (e-STJ fl. 16).

Requer, em tema liminar e no mérito, que o paciente seja colocado em liberdade. Subsidiariamente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 89/91).

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 95/97, 99/106 e 107/115.

Parecer ministerial pela denegação da ordem (e-STJ fls. 118/124).

É, em síntese, o relatório.

Das informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que sobreveio decisão de pronúncia em desfavor do paciente em 15/4/2019, proferida nos autos da Ação Penal n. 0060027-97.2018.8.19.0038, ocasião em que foi mantida a custódia preventiva.

Na linha da orientação firmada no âmbito da Sexta Turma desta Corte, a superveniência de novo título que mantém a segregação cautelar torna prejudicado o *writ* ou o recurso que se voltava contra a decisão que foi substituída.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS JULGADO PREJUDICADO. HOMICÍDIO TENTADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DA CORTE ESTADUAL SOBRE A QUESTÃO.*

*1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a superveniente prolação de sentença de pronúncia prejudica o exame da tese vertida no recurso em habeas corpus, acerca de eventual ausência de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar, visto que um novo título justifica a restrição à liberdade. Precedentes.*

*2. Inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre a conservação da prisão provisória na sentença de pronúncia, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.*

3. *Agravo regimental improvido.* (Sexta Turma, AgRg no RHC 50.857/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 15/3/2016, DJe 29/3/2016).

De mais a mais, não observo ser a hipótese de flagrante constrangimento ilegal infligido ao paciente, porquanto a prisão cautelar está devidamente motivada, conforme destacado no acórdão que o acusado, inclusive, "*é tecnicamente, foragido da justiça, pois sequer foi encontrado para ser citado, não fazendo parte, ainda, do efetivo carcerário – o que reforça a necessidade do decreto prisional para garantia da aplicação da lei penal*" (e-STJ fl. 82).

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator